

**PERSPECTIVAS DE ESTUDOS DE GÊNERO, CADEIA PRODUTIVA DA PESCA
ARTESANAL E JUSTIÇA SOCIAL: orientações para a promoção da equidade no
PEA-PESCARTE**

Jéssica Evelyn Vasconcelos Alves

Sandra Rangel de Souza Miscali

Shirlena Campos de Souza Amaral

Resumo

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA. Este trabalho incorpora pesquisa de mestrado em andamento e analisa a Gestão Ambiental Pública, Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental e os Estudos Feministas. Os movimentos feministas têm contribuído nas questões ambientais, alinhadas ao desenvolvimento sustentável. No séc. XX, o Big Push gerou consenso global sobre soluções com perspectivas de gênero. O mainstreaming de gênero difundido é uma forma de teoria e prática, alinhando políticas a um novo estilo de desenvolvimento. Os compromissos socioambientais do Brasil refletiram-se nas políticas ambientais e na educação. A Política Nacional de Educação Ambiental estabeleceu a EA como componente essencial na educação formal e não-formal. A Nota Técnica e a Instrução Normativa IBAMA oficializam a EA no licenciamento ambiental de petróleo e gás. Assim, o objetivo é analisar a transversalização de gênero no projeto PEA-PESCARTE, identificando sua influência na participação feminina em empreendimentos cooperativistas. A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, triangulação de dados e elaboração de indicadores de equidade de gênero por agências internacionais. Resultados preliminares mostram a complexidade do projeto, guiado por estudos de gênero, reconhecimento de direitos e justiça social.

Palavras-chave: Estudos Feministas. Gestão Pública. Pesca Artesanal. Justiça Social

Abstract

This article is the result of a research funded by the Environmental Education Project (PEA) Pescarte, which is a mitigation measure required by the Federal Environmental License, conducted by IBAMA. This work incorporates a master's research in progress and analyzes Public Environmental Management, Environmental Education and Environmental Licensing and Feminist Studies. The feminist movements have contributed to environmental quests, aligned with sustainable development. I do not know. XX, or Big Push generated a global consensus on solutions with gender perspectives. Diffused gender mainstreaming is a form of theory and practice, aligning policies to a new style of development. The socio-environmental commitments of Brazil will reflect on environmental and educational policies. The National Environmental Education Policy establishes EE as an essential component in formal and non-formal education. A Technical Note and a Normative Instruction IBAMA formalizes the EA in the environmental licensing of oil and gas. Likewise, the objective is to analyze gender mainstreaming in the PEA-PESCARTE project, identifying its influence on female participation in cooperative ventures. The research uses a qualitative approach, data triangulation and the elaboration of gender equality indicators by international agencies. Preliminary results show the complexity of the project, guided by gender studies, recognition of rights and social justice.

Keywords: Feminist Studies. Public Management. Artisanal fishing. Social Justice

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA. E decorre de pesquisa de mestrado em andamento e toma como análise a Gestão Ambiental Pública, Educação Ambiental (EA) no Licenciamento Ambiental e os Estudos Feministas.

Por uma perspectiva histórica os movimentos feministas contribuíram nas questões ambientais, com atuação na promoção no combate das injustiças socioambientais, com perspectivas alinhadas ao desenvolvimento sustentável. Vale lembrar que no séc. XX, o *Big Push* para a Sustentabilidade gerou o consenso global sobre soluções com perspectivas de gênero. O *mainstreaming of gender* adveio como uma forma de teoria e prática difundida, alinhando políticas a um novo estilo de desenvolvimento (WALBY, 2005; OLIVERA et al., 2021).

Difundido para Moser (2005), a partir do estabelecido pela Convenção Econômica e Social da ONU. Conselho (1997, p. 23)

O *mainstreaming of gender* é Integrar uma perspectiva de gênero é o processo de avaliar as implicações para mulheres e homens de qualquer ação planejada, incluindo legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. Isto é uma estratégia para fazer das preocupações e experiências das mulheres, assim como dos homens, uma dimensão integral do desenho, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, esferas econômicas e sociais para que mulheres e homens se beneficiem igualmente e a desigualdade não seja perpetuada. O objetivo final é alcançar a igualdade de gênero (UN, 1997. p.23; MOSER, 2005, p.9)

Os compromissos socioambientais assumidos pelo Brasil refletiram-se nas políticas ambientais e na educação. A Política Nacional de Educação Ambiental estabeleceu a EA como componente essencial na educação formal e não-formal. A Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 e a Instrução Normativa IBAMA formalizam a EA no licenciamento ambiental de petróleo e gás.

Como resultante das políticas o PEA-Pescarte, projeto de Educação Ambiental nos municípios litorâneos do país, que atende às medidas mitigatórias da condicionante para licenças ambientais está inserido na linha de ação A de acordo com a nota técnica, com atuação em 10 municípios do Norte Fluminense, sendo esses: Sao Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Cabo frio, Armação de Búzios e Arraial do cabo. O projeto visa o

fortalecimento, a organização e a participação em comunidades da pesca para que possam exercer seus direitos sociais.

A escolha de atuação nesses municípios, pelo projeto, se deu a partir dos dados levantados por meio do CENSO PESCARTE 2015 que revelou um conjunto de fatores de ordem econômica, social e política que implicam na vulnerabilidade socioambiental das comunidades pesqueiras. Para Timóteo (2019), os impactos das atividades de exploração de petróleo na Bacia de Campos têm efeito direto sobre a atividade de pesca artesanal, sobre as condições de produção do pescado, nos números de sujeitas e sujeitos envolvidos na pesca artesanal e na condição socioeconômica do núcleo familiar.

Acerca das questões de meio ambiente, gênero e trabalho, como também, de investigações que ressaltam as diferenças existente entre mulheres e homens que participam da pesca, destaca-se que as construções sociais de gênero estão fundamentadas no poder da ideologia patriarcal de dominação-exploração que, com efeito, repercute na maneira como é reconhecida a participação das mulheres nas atividades produtivas (SAFFIOTI 2004; HUGUENIN & MARTINEZ, 2021).

Para isso, gênero é utilizado como categoria de análise histórica. À medida que se busca compreender como o papel das mulheres da pesca artesanal tem sido discutido e considerado, surge a questão de como o gênero influencia as relações sociais humanas e atribui significado à organização e percepção do conhecimento histórico (SCOTT, 1995).

No período do Brasil colonial, a pesca esteve intrinsecamente ligada à história dos grupos oprimidos, como indígenas e africanos. Esses grupos desempenharam um papel fundamental na atividade pesqueira, porém suas contribuições foram frequentemente ignoradas e desvalorizadas. Essa marginalização histórica refletiu-se na invisibilidade da presença feminina na pesca artesanal (SILVA, 1988).

Em 1932, o estado nacional reconheceu os pescadores artesanais ao promulgar o primeiro estatuto das colônias de pescadores, sob regulação da Marinha Brasileira. No entanto, esse marco regulatório excluiu as mulheres, devido à restrição de gênero imposta pelas instituições militares da época. A ausência de reconhecimento oficial das trabalhadoras da pesca impossibilitou a oficialização de suas atividades e a garantia de direitos trabalhistas, iniciando, uma história de exclusão (SILVA, 1988)

Já no século XXI, as políticas públicas nacionais reconheceram as trabalhadoras da pesca artesanal. Sendo Pesca Comercial Artesanal praticada por pescador profissional, em regime de economia familiar e de forma autônoma, como definido por Lei Federal nº 11.959/2009 sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como Pesca Comercial Artesanal quando

praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

Ainda, a política nacional dispõe no capítulo 2 sobre o direito ao defeso. Sendo esse benefício de seguro desemprego no valor de um salário mínimo, pago durante o período de paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal (IBAMA, 2003; BRASIL, 2009; OLIVEIRA; SILVA, 2012; MANHÃES, TIMÓTEO 2021).

Destaca-se que na legislação pesqueira o termo “mulher” nunca apareceu e o termo “pescadora” e “trabalhadora de apoio à pesca artesanal” consta a partir do ano de 2015. Anteriormente, outras pessoas envolvidas na atividade pesqueira, além do pescador, eram encontradas no termo “regime de economia familiar” (HELLEBRANDT, 2017).

A divisão sexual do trabalho em comunidades da pesca atua na relação que restringe a esfera de atuação das mulheres ao ambiente doméstico privado e utiliza de justificativas que as mulheres são fisicamente menos fortes que os homens, formando obstáculos para a participação de mulheres na cadeia da pesca artesanal. Defronte a definição do trabalho leve, realizado pelas mulheres e de menor valor, e, de trabalho pesado, atribuído aos homens, as mulheres têm o seu trabalho produtivo visto como uma ajuda sem importância à atividade central de captura do pescado (HELLEBRANDT, 2017).

A pesca é para além de pôr o pé na água. A cadeia produtiva da pesca artesanal é caracterizada nas etapas pré-captura (manutenção e limpeza de apetrechos de pesca), captura (ir ao mar), pós-captura I (Processamento e Beneficiamento do pescado) e pós-captura II (Comercialização de pescados). A presença das trabalhadoras é observada em todas as etapas. No entanto, além da fabricação de apetrechos de pesca, como as redes, as mulheres desempenham um papel fundamental no beneficiamento do pescado, realizando a limpeza dos peixes e, no caso da pesca de camarão, as mulheres colocam o crustáceo em um tanque e iniciam a retirada da carapaça (OLIVEIRA; SILVA, 2012; MARTINEZ & HELLEBRANDT, 2019; HUGUENIN & MARTINEZ, 2021; RODIN, 2021).

Assim, na etapa pós-captura II ocorre o beneficiamento da matéria prima, o pescado, que tem o valor de uso agregado a valor de troca (MARX, 1996). Nesse processo de mercantilização, a força de trabalho das mulheres é ignorada pela Lei Federal nº 11.959/2009 no capítulo 2 que dispõe do seguro defeso. Dessa forma, a vista de diminuir a mais-valia do uso produtivo da força de trabalho e do reconhecimento dos seus direitos trabalhistas, no beneficiamento do pescado, temos de acrescentar à quantidade de trabalho produtivo e reprodutivo das trabalhadoras da pesca artesanal.

Em vista do exposto, a pesca artesanal desempenha um papel fundamental na economia e na segurança alimentar do Brasil, porém, a participação das mulheres nessa atividade tem sido amplamente ignorada e invisibilizada. A desvalorização do trabalho das mulheres na pesca artesanal é resultado de processos históricos intrínsecos à exclusão dessas trabalhadoras do reconhecimento de sua contribuição econômica e social.

Ante a relação histórica das mulheres na pesca, fatores culturais atribuem maior invisibilidade a essas trabalhadoras. Um desses fatores está sob influência da cultura patriarcal, que implica na divisão sexual do trabalho. Em que, segundo Saffioti (2014), o patriarcado se define enquanto o próprio nome indica, o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens

Nesse regime, para a autora.

A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva (SAFFIOTI, 2014, p. 113)

Em síntese, os modos de reprodução social que reforçam a desigualdade de gênero resultam na continuidade dessa desigualdade dentro das comunidades da pesca. Consequentemente, as mulheres trabalhadoras da pesca artesanal são frequentemente impedidas de exercer seus direitos profissionais e o princípio da equidade acaba não sendo concretizado. Essa situação é retratada na nacionalização da pesca no Brasil e no modelo de desenvolvimento que tem excluído as trabalhadoras da cadeia da pesca artesanal e as mulheres da formação do Estado nacional.

Portanto, ao aplicar a perspectiva de gênero no Pescarte é essencial considerar as desigualdades existentes, com intuito de promover a igualdade de oportunidades, valorização da diversidade de gênero e o empoderamento das trabalhadoras da pesca artesanal.

Evidencia-se, portanto, o interesse por parte das mulheres em participar de empreendimentos sociais, especialmente no que se refere ao beneficiamento do pescado. Dessa forma, o cooperativismo é entendido como uma alternativa para diminuição da desigualdade no campo do trabalho, especialmente, as inseridas na etapa do beneficiamento (MANHÃES, TIMÓTEO 2021)

Ante o exposto, o cooperativismo é compreendido como uma iniciativa dedicada a promover o progresso econômico e social, estando em consonância com os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao considerar o ODS 5 Igualdade de Gênero, como objetivo para realidade em todas as cooperativas (ACI, 2023).

Assim, objetiva-se analisar a transversalização de gênero no projeto PEA-PESCARTE, identificando sua influência na participação feminina em empreendimentos cooperativistas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

A metodologia combina dados quali-quantitativos. A coleta de dados primários dar-se-á por meio pesquisa-exploratória, entrevistas semi-estruturadas, observação-participante e questionário. Na utilização de dados secundários optou-se por Moser; Moser (2005), Moser (2005) e Alves, Miscali, Amaral (2022).

O instrumento de análise e interpretação baseia-se na elaboração de indicadores para avaliação. O uso de indicadores nas políticas públicas permite a operacionalização de conceitos abstratos de modo que traduzem as dimensões sociais a partir de escolhas teóricas ou políticas (JANNUZZI, 2005; 2006; 2014). Dessa forma, utilizando os critérios de equidade de gênero estabelecidos nas publicações: (MOSER, 2005; PLANUSA, 2020) e de tratados e convenções internacionais, como demonstra o Quadro 1 Indicadores PIMs e Quadro 2 Indicadores *Gender Transformer Marker* (GM).

Em muitos contextos, destacando-se o da mulher na pesca, a desigualdade é apresentada enquanto barreira estrutural que impede o acesso a recursos econômico, sociais e a direitos. Nesse intento, políticas e instituições devem ser sensíveis às questões de gênero ao adotar posicionamentos que diminuam as desigualdades existentes. Para isso, os indicadores de medição *Policy Information Makers* - PIMs de Moser (2005) e *Department for International Development* - DFID (2002) pretende-se a operacionalização classificatória dos conceitos; Explorador/dano de gênero e Neutros com respeito ao gênero em (N), Conscientes de gênero para indicador (S) e Transformador de gênero (P), como mostra o quadro 1.

Quadro 1. Indicadores PIMs

Indicador	Legenda	Descrição
-----------	---------	-----------

principal project objective	p	A pontuação Principal deve ser dada aos projetos em que a eliminação da discriminação de gênero (ou a promoção da igualdade de gênero) é todo o propósito do projeto, ou seja, projetos direcionados trabalhando com homens, mulheres, meninos ou meninas totalmente projetados para enfrentar elementos de desigualdade ou discriminação de gênero. Projetos que incluam em sua proposta principal, objetivos e justificativa conflitos que envolvam gênero e desenvolvam atividades voltadas ao público alvo mulheres e meninas.
significant project objective	S	Esta pontuação deve ser dada a projetos onde a remoção de questões de gênero a discriminação ou a promoção da igualdade de gênero é parte integrante do objetivo do projeto, por ex. projetos onde a igualdade de gênero é integrada. Estes incluem o acesso equitativo aos serviços, bem como o benefício equitativo de novos recursos. Projetos que não incluem em suas dimensões proposta principal, objetivos e justificativa, conflitos que envolvem gênero. Desenvolvem atividades voltadas à igualdade de gênero e com público alvo mulheres e meninas.
non-targeted	N	Pontuação deve ser dada aos projetos que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores.

Adaptado de (DFID. p. 28, 2002; Moser; Moser, 2005; Moser, 2005)

Desta forma, os indicadores *Policy Information and classify Makers* (PICMs) são utilizados para avaliar o grau de abordagem de questões de igualdade de gênero nos projetos. Assim, os indicadores são utilizados para classificar projetos de acordo com o nível de importância dado à igualdade de gênero em seus objetivos e atividades. Eles ajudam a avaliar se a abordagem de gênero é central, significativa ou não focada nos projetos em questão.

Somada aos indicadores PICMs, os Indicadores *Gender Transformer Marker* (GM) contribuem para definir requisitos mínimos fixos que todos os empreendimentos devem cumprir. Este é observado no Quadro 2.

Quadro 2. Indicadores Gender Transformer Marker (GM)

gender marker score	indicador	description

3	GM-3	Gender Transformer	There is an explicit intention to transform unequal power relations. The focus goes beyond improving the condition of women and girls and tries to improve their social position (to what extent they are valued in society) as well as the full exercise of their rights
2	GM-2	Gender Conscious	Gender-aware programs seek to improve the daily condition of women and girls by addressing practical gender issues. They do not try to transform gender relations
1	GM-1	Gender Integrated	Gender is integrated in the conflict analysis and findings from it ensure that the project does no harm and is not reinforcing gender inequality, but gender equality is not a significant objective of this project or addressed in the interventions. A GM 1 project is not considered a well mainstreamed project but does not contribute to gender inequality.
0	GM-0	Gender invisible	Gender invisible programs do not recognize gender issues and tend to exacerbate gender inequalities.

Adaptado de (PLANUSA.ORG, 2019; UN, 2019)

A ferramenta para análise de gênero os indicadores, ante exposta, parte da metodologia para análise de gênero desenvolvida por DFID (2002), Moser e Moser (2005), Moser (2005), *Plan International* (2022) e UN (2019) no que consiste o planejamento a vista da emancipação das mulheres e ao aumento de seus ganhos em igualdade, equidade e empowerment (empoderamento). A ferramenta pode ser usada em todos os níveis de organização, tal como políticas públicas e projetos, na diferença de gênero no acesso a recursos e poder decisório e no controle sobre eles. E o grau, em que políticas, programas e projetos lidam com necessidades práticas e estratégicas relacionadas a gênero. Em suma, os Indicadores buscam a atender a análise de gênero que contribui na identificação de como as normas de gênero impedem de atingir os resultados esperados em iniciativas de desenvolvimento.

2.2 Resultados e Discussão

Utilizando de considerações obtidas no ano de 2022, durante a pesquisa exploratória no projeto Pescarte, somado a dados complementares de (ALVES, MISCALI, AMARAL, 2022) e, das dimensões *input*, *output* e *Approximate gendered result* (MOSER, MOSER, 2005; MOSER, 2005). No contexto desse estudo, a dimensão *Input* refere-se à integração

do conceito de *Gender mainstreaming* nas diretrizes internas do projeto e à busca pela igualdade de representação de gênero na equipe.

Já a dimensão *output* refere-se à aplicação do *Gender mainstreaming* na implementação do projeto em relação ao público-alvo. Esse direcionamento visa promover a Organização e Participação Comunitárias com base na perspectiva de gênero. Além disso, também busca-se promover a igualdade de oportunidades em Trabalho e Renda, por meio da aplicação do conceito de *Gender mainstreaming*. Somado a isso, busca reconhecer os mecanismos que visam atender às necessidades específicas das mulheres, convertendo-as em estratégias efetivas.

Assim, os resultados qualitativos indicam que o Pescarte tem buscado assegurar a participação comunitária, promovendo a igualdade de mulheres e homens nos espaços de decisão. Na dimensão *output*, por meio de políticas de cotas de gênero para as mulheres das comunidades pesqueiras, bem como *family-friendly workplace policies*.

Somada nessa dimensão, o mecanismo que visa atender às necessidades específicas das mulheres convertendo-as em estratégias efetivas, trata-se do Núcleo de Direitos e Benefícios. Este desenvolve atividades que partem da perspectiva de gênero ao considerar os obstáculos de acesso a direitos das mulheres trabalhadoras da cadeia da pesca artesanal. Ademais, o núcleo desenvolve atividades que contribuem para sua organização das trabalhadoras em movimentos cooperativistas, por meio de processos formativos que debatem acerca do tema.

Na dimensão *input* o projeto apresenta um quadro expressivo de colaboradoras entre essas pesquisadoras, técnicas e coordenadoras de linhas de pesquisa e de núcleos, apresentando uma igualdade de representação.

Além disso, a estrutura interna do Pescarte é organizada em 8 núcleos. O núcleo de pesquisa e Censo possui 21 linhas de pesquisa, da qual, destaca-se a "Linha de Pesquisa 3: Trabalho e organização produtiva: estudo sobre a inserção feminina na cadeia produtiva do pescado", composto por pesquisadores de diversas áreas, mestres e doutores. Essa equipe multidisciplinar promove discussões e análises sobre questões de gênero no projeto, enriquecendo a abordagem e contribuições na pesquisa.

Com isso, o PEA-Pescarte apresenta em suas atividade: a população-alvo de 1.1 Homens, mulheres, meninos e meninas são alvo do projeto e suas necessidades e capacidades distintas são refletidas no projeto; 1.2 Algumas atividades abordam as barreiras à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres; 1.3 Esforços e medidas especiais devem ser feitos para garantir a igualdade de representação, tanto quanto

possível. De acordo com os critérios do indicador de objetivo (quadro 1), atende aos parâmetros da pontuação S (*Significant project objective*).

As dimensões *input* e *output*, na análise exploratória e somada a Alves, Miscali, Amaral (2022), indicam que o resultado aproximado de gênero busca maior igualdade e empoderamento.

No entanto, faltam medidas de monitoramento e avaliação dos resultados das ações formativas e do desenvolvimento do projeto. Em vista disso, e de identificar o *output* da igualdade de oportunidades em Trabalho e Renda, por meio da aplicação do conceito de *Gender mainstreaming* a pesquisa de mestrado em andamento objetiva analisar a transversalização de gênero no projeto PEA-PESCARTE, identificando sua influência na participação feminina em empreendimentos cooperativistas. Utilizando como instrumento de análise e interpretação indicadores para avaliação, a partir dos critérios de equidade de gênero estabelecidos nas publicações: (DFID, 2002; MOSER E MOSER, 2005; MOSER, 2005, PLAN INTERNATIONAL, 2022; UN, 2019)

Nesse contexto, foram identificadas ações educativas com o objetivo de conscientizar os pescadores e seus familiares sobre a importância da economia solidária na organização social e produtiva. Como consequência, há o interesse por parte das mulheres em participar de empreendimentos sociais, especialmente no que se refere ao beneficiamento do pescado. Dessa forma, no Pescarte, o cooperativismo é observado enquanto uma possibilidade para diminuição da desigualdade no campo do trabalho para as mulheres da cadeia da pesca artesanal, especialmente, as inseridas na etapa do beneficiamento (CAMPOS; TIMÓTEO; ARRUDA, 2018; MANHÃES; TIMÓTEO, 2019)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, a pesquisa encontra-se na fase de coleta de dados para avaliação dos indicadores *Gender Transformer Marker* (GM). Em conclusão preliminar, os resultados destacam a importância de abordagens sensíveis ao gênero e políticas inclusivas para promover a equidade e o empoderamento das mulheres nas comunidades pesqueiras e na cadeia produtiva da pesca artesanal.

A revisão revela a complexidade das questões relacionadas à pesca artesanal no Brasil, com implicações históricas, econômicas e sociais. O processo de nacionalização da pesca, no século XX, foi conduzido visando o controle e proteção dos recursos marinhos, mas negligenciou os aspectos culturais e os conhecimentos tradicionais das comunidades de pescadores, resultando em impactos negativos e desvalorização da pesca artesanal.

No contexto das mulheres na pesca artesanal, observa-se uma histórica invisibilidade e desvalorização de seu trabalho. Construções sociais baseadas na ideologia patriarcal perpetuam a exclusão das mulheres, relegando-as a papéis secundários e desvalorizados na atividade pesqueira. A divisão sexual do trabalho, a marginalização das mulheres nas políticas públicas e a falta de reconhecimento de sua contribuição econômica e social são fatores que reforçam a desigualdade de gênero na pesca artesanal.

No entanto, reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres na pesca artesanal é essencial para promover a equidade de gênero e alcançar o desenvolvimento sustentável desse setor. As mulheres desempenham um papel fundamental em várias etapas da cadeia produtiva, agregando valor econômico ao produto final. Portanto, é necessário superar as construções sociais e culturais que perpetuam a invisibilidade e desvalorização, garantindo o reconhecimento dos direitos trabalhistas das mulheres, a promoção da igualdade de oportunidades e a implementação de políticas que levem em consideração suas necessidades e contribuições.

Para alcançar essa mudança, é fundamental que as políticas públicas reconheçam a importância das mulheres na pesca artesanal, promovam a inclusão dessas trabalhadoras nas tomadas de decisão e implementem medidas que garantam seus direitos e o empoderamento feminino. Além disso, é necessário fomentar a pesquisa acadêmica e a produção de conhecimento que valorize e dê visibilidade ao trabalho das mulheres na pesca artesanal, desconstruindo estereótipos de gênero e promovendo a igualdade.

Somente por meio da valorização do conhecimento tradicional, o reconhecimento dos direitos trabalhistas e a promoção da equidade de gênero, será possível alcançar um desenvolvimento sustentável e justo para a pesca artesanal no Brasil. A luta pela visibilidade e valorização das mulheres na pesca artesanal é fundamental não apenas para as trabalhadoras, mas também para a construção de uma sociedade mais igualitária e consciente dos desafios e potenciais da atividade pesqueira.

REFERÊNCIAS

ACI. ICA, International Cooperative Alliance (ICA-GEC) Gender Equality Committee. Disponível em: <<https://genderequality.coop/en/ica-gender-equality-committee>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

ALVES, Jessica Evelyn Vasconcelos, MISCALI, Sandra Rangel de Souza; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. Entre Gênero e Ecologia Política: Uma Análise do Projeto Pea-Pescarte. *International Scientific Journal*, 17(5), 1267–1295, 2022.

BRASIL. Lei No 11.959, de 29 de Junho de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm; Acesso em: 3 Aug. 2023.

CAMPOS, Mauro Macedo; TIMÓTEO, Geraldo Márcio; ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira De. A dinâmica da pesca artesanal na Bacia de Campos: Organização social e práticas em economia solidária entre os pescadores artesanais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 116, p. 71–102, 1 set. 2018. Acesso em: 3 ago. 2023.

DFID, Department for International Development . Gender Manual: A Practical Guide for Development Policy Makers and Practitioners. [s.l.: s.n.], 2002. Disponível em: <https://www.rcrc-resilience-southeastasia.org/wp-content/uploads/2015/12/gendermanual.pdf>; Acesso em: 3 Aug. 2023.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros . Mulheres Da Z3 – O Camarão Que “come” as Mãos E Outras Lutas: Contribuições Para O Campo de Estudos Sobre Gênero E Pesca. Tese, Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

HUGUENIN Fernanda Pacheco; MARTÍNEZ Silvia Alicia, Mulheres Da Pesca: Invisibilidade e Discriminação Indireta No Direito Ao Seguro Desemprego. *RDP, Brasília*, Volume 18, n. 97, 616-638., 2021

IBAMA. Nota Técnica Cgpeg/dilic/ibama No 01/10. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/laf/procedimentos-e-servicos/arquivos/petroleo-e-gas/notas-tecnicas/5-2010-01-nota-tecnica-programas-de-educacao-ambiental.pdf>; Acesso em: 3 Aug. 2023.

IBAMA. Portaria 30, de 23 de maio de 2003. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=110254>; Acesso em: 3 Aug. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público Brasília* 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais No Brasil – Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006, 3ª edição

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22–42, 2014. DOI: 10.18222/eae255820142916. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2916>. Acesso em: 31 jul. 2022.

MANHÃES, Karina Ritter; TIMÓTEO, Geraldo Márcio. . O SEGURADO ESPECIAL E A INSEGURANÇA JURÍDICA NO ATO DE COOPERAR-SE. In: Lucia Maria Machado Bógus; Augusto Cesar Salomão Mozine; Viviane Mozine Rodrigues. (Org.). *POPULAÇÕES DA PESCA ARTESANAL: práticas, metodologias e experiências*. 1 ed. Curitiba: CRV, 2021, v. 1, p. 127-145.

MARTINEZ & HELLEBRANDT, (2019) Mulheres na atividade pesqueira no Brasil [recurso eletrônico] / organização de Silvia Alicia Martínez e Luceni Hellebrandt – Campos dos Goytacazes, RJ : EDUENF, p. 9-21 Disponível em:

https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Mulheres_na_Atividade_Pesqueira_no_Brasil.pdf.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. SÃO PAULO: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MOSER, Caroline. An Introduction to Gender Audit Methodology: Its design and implementation in DFID Malawi, Overseas Development Institute, London. 2005 Disponível em: <<https://www.eldis.org/document/A54108>>

MOSER, Caroline; MOSER, Annalise. Gender Mainstreaming Since Beijing: A Review of Success and Limitations in International Institutions. Gender & Development. 13. 11-22. 10.1080/13552070512331332283.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar De; SILVA, Vera Lucia Da. O Processo de Industrialização do Setor Pesqueiro e a Desestruturação da Pesca Artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, v. 33, n. 65, 21 dez. 2012. Acesso em: 3 ago. 2023.

OLIVERA, Margarita; PODCAMENI, Maria Gabriela; LUSTOSA Maria Cecília; GRAÇA, Leticia. A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira”. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021.

PLAN INTERNATIONAL. Global Policy on Gender Equality and Inclusion. Plan International. Disponível em: <<https://plan-international.org/publications/global-policy-on-gender-equality-and-inclusion/>>. Acesso em: 4 Aug. 2023.

PLAN INTERNATIONAL USA. Introducing the Gender Transformative Marker. Plan International USA. Disponível em: <<https://www.planusa.org/blog/introducing-the-gender-transformative-marker/>>. Acesso em: 4 Aug. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99

SILVA, Luiz Geraldo. Os pescadores na história do Brasil. Boa vista: Vozes, 1988.

TIMÓTEO, Geraldo Márcio. Trabalho e pesca no litoral fluminense : reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte / coordenação de Geraldo Márcio Timóteo. – 1. ed. - Campos dos Goytacazes, RJ : EdUENF, 2019

UN. PBF Guidance Note on Gender Marker Scoring. Un.Org, 2019. Disponível em: <https://www.un.org/peacebuilding/sites/www.un.org.peacebuilding/files/documents/pbf_guidance_note_on_gender_marker_scoring_2019.pdf>. Acesso em: 4 Aug. 2023.

UN. Social Council (1997 : New York and. Report, 1997 / Economic and Social Council. United Nations Digital Library System. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/271316>; Acesso em: 3 Aug. 2023.

WALBY, Sylvia. Gender Mainstreaming: Productive Tensions in Theory and Practice, Social Politics: International Studies in Gender, State & Society,. State & Society, Volume 12, Issue 3, Fall 2005, p. 321–343, 2005